



SUMÁRIO

ABREVIATURAS	XXXI
---------------------------	------

PARTE I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador	3
1.1 Prólogo	3
1.2 O surgimento da noção de proteção social.....	5
1.3 A mútua assistência e a caridade.....	5
1.4 A assistência social estatal	6
1.5 A formação do conceito de bem-estar social	7
1.6 Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge.....	12
Capítulo 2 – Fundamentos da previdência social	19
2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana ...	19
2.2 A solidariedade social	21
2.3 A compulsoriedade da filiação.....	22
2.4 A proteção aos preveredentes	23
2.5 A redistribuição de renda.....	24
2.6 O risco social.....	26
2.7 Da previdência à segurança social.....	27
Capítulo 3 – Modelos de previdência social	29
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos	30
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização	31

3.3	Sistemas privados de previdência	32
3.4	O sistema de pilares	33
Capítulo 4 – A evolução da proteção social no Brasil.....		37
4.1	Primeiras regras de proteção	38
4.2	A Lei Eloy Chaves.....	39
4.3	Os institutos de classe	41
4.4	Da criação do INPS à Constituição de 1988	43
4.5	A Constituição de 1988 e a Seguridade Social.....	45
4.6	A criação do INSS e as primeiras reformas	47
4.7	A Emenda Constitucional n. 20, de 1998.....	49
4.8	O fator previdenciário e o novo período básico de cálculo.....	52
4.9	As Emendas Constitucionais ns. 41 e 42, de 2003.....	53
4.10	A Emenda Constitucional n. 47, de 2005.....	54
Capítulo 5 – O Direito Previdenciário.....		57
5.1	Conceito e objeto de estudo.....	57
5.2	Autonomia científica.....	59
5.3	Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito.....	61
5.4	Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito.....	62
5.5	Fontes do Direito Previdenciário.....	64
Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário		71
6.1	Antinomias e critérios de solução	72
6.2	Lacunas do ordenamento e sua solução.....	73
6.3	Interpretação das normas	75
6.4	Vigência e eficácia das normas no tempo.....	75
6.5	Vigência e eficácia das normas no espaço.....	77
6.6	Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil	78
Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário.....		87
7.1	Princípios gerais de Direito Previdenciário	88
7.2	Princípios constitucionais da Seguridade Social	90
7.3	Princípios específicos de custeio.....	93
7.4	Princípios específicos de Previdência Social.....	97

Capítulo 8 – Regimes previdenciários	103
8.1 O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	103
8.2 Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios.....	104
8.3 Regime Previdenciário Complementar.....	106
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas.....	111

PARTE II

A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 9 – A organização da Seguridade Social	115
9.1 Sistema Nacional de Seguridade Social.....	115
9.2 Ministérios da área da Seguridade Social.....	116
9.3 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	117
9.4 Gestão descentralizada.....	118
9.5 Conselho Nacional da Seguridade Social – CNSS.....	119
9.6 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.....	119
9.7 Conselhos de Previdência Social – CPS.....	121
9.8 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	123
9.9 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	125
9.10 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	126
9.11 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....	128
Capítulo 10 – Relação jurídica de custeio	131
10.1 Definição da relação obrigacional.....	131
10.2 Autonomia da relação de custeio.....	132
10.3 Identidade com a relação obrigacional tributária.....	133
Capítulo 11 – Contribuintes da Seguridade Social	135
11.1 Segurados da Previdência Social.....	136
11.2 Empresa e entidades equiparadas.....	137
11.3 Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	138
11.4 Empregador doméstico.....	140
11.5 Apostadores de concursos de prognósticos.....	141
Capítulo 12 – Relação jurídica de seguro social	143
12.1 Definição da relação de seguro social.....	143

12.2 Vinculação da relação previdenciária com a filiação	145
12.3 Natureza jurídica da relação de seguro social.....	146
Capítulo 13 – Segurados do Regime Geral de Previdência Social.....	151
13.1 Segurados – Definição	151
13.2 Segurados obrigatórios.....	151
13.2.1 Empregado urbano e rural.....	153
13.2.2 Empregado doméstico	165
13.2.3 Contribuinte individual.....	166
13.2.4 Trabalhador avulso	170
13.2.5 Segurado especial.....	172
13.3 Segurado facultativo	177
13.4 A menoridade e a filiação como segurado.....	179
13.5 Aposentado que retorna à atividade.....	182
Capítulo 14 – Filiação dos segurados.....	183
Capítulo 15 – Manutenção e perda da qualidade de segurado	187
Capítulo 16 – Dependentes.....	193
Capítulo 17 – Inscrição dos segurados e dependentes	205
17.1 Inscrição dos segurados	206
17.1.1 Inscrição de segurado <i>post mortem</i>	210
17.2 Inscrição de dependentes.....	212

PARTE III

CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 18 – Sistema de financiamento da Seguridade Social.....	217
18.1 Sistema contributivo	220
18.2 Participação da União.....	221
18.3 Contribuições sociais.....	223
18.3.1 Conceituação	223
18.3.2 Natureza jurídica	225
18.3.3 Características gerais	226
18.4 Outras receitas da Seguridade Social	228
Capítulo 19 – Contribuições ao Sistema	231
19.1 Salário de contribuição	231

19.2 Salário-base	234
19.3 Contribuição do segurado empregado, doméstico e trabalhador avulso.....	235
19.4 Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo.....	242
19.5 Contribuições das empresas.....	248
19.5.1 Contribuição sobre a folha de pagamento	248
19.5.2 Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos	252
19.5.3 Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT	257
19.5.3.1 Fator Acidentário de Prevenção – FAP.....	260
19.5.3.2 Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial.....	268
19.5.4 Contribuição sobre a receita e o faturamento.....	269
19.5.5 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	270
19.5.6 PIS/PASEP.....	278
19.5.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	281
19.5.8 Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o SIMPLES NACIONAL.....	282
19.6 Contribuições do importador de bens e serviços do exterior ...	288
19.7 Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	291
19.7.1 Conceito de obra de construção civil.....	292
19.7.2 Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil	293
19.7.3 Aferição indireta das contribuições	297
19.7.4 Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/fatura.....	298
19.7.5 Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra.....	299
19.7.6 Retenção na construção civil.....	300
19.8 Contribuição dos clubes de futebol profissional.....	300
19.9 Contribuição do empregador doméstico.....	302
19.10 Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial	303
19.11 Contribuição do empregador rural pessoa jurídica.....	307

19.12 Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.....	309
19.13 Contribuições destinadas a terceiros.....	310
Capítulo 20 – Isenção das contribuições para a Seguridade Social...	313
20.1 Requisitos para a isenção	315
20.2 Requerimento e deferimento da isenção	317
20.3 Alcance da isenção	318
20.4 Revisão da isenção.....	318
Capítulo 21 – Remissão e anistia	321
Capítulo 22 – Regras gerais de arrecadação e fiscalização	325
22.1 Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização	325
22.2 Arrecadação e recolhimento das contribuições	326
22.3 Obrigações acessórias.....	332
22.4 Prerrogativas da fiscalização	339
22.5 Inadimplemento e acréscimos moratórios	342
22.6 Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios.....	347
22.6.1 Restituição de contribuições e compensação.....	347
22.6.2 Reembolso de benefícios	353
22.7 Parcelamento de débitos	355
Capítulo 23 – Responsabilidade solidária e por substituição tributária.....	363
23.1 Construção civil.....	365
23.2 Grupo econômico.....	367
23.3 Responsabilidade dos sócios e titulares	368
23.4 Tomador de serviços.....	369
23.5 Administradores públicos.....	372
23.6 Operador portuário e órgão gestor de mão de obra	372
Capítulo 24 – Decadência e prescrição das contribuições à Seguridade Social	375
24.1 O conflito de normas: Lei de Custeio e CTN.....	376
24.2 A decadência na exigibilidade de contribuições.....	378
24.3 A prescrição do direito de cobrança dos créditos.....	381
24.4 Prescrição na restituição e compensação de contribuições	384
24.5 Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal	385

Capítulo 25 – Prova de regularidade fiscal	387
Capítulo 26 – Processo administrativo fiscal	395
26.1 Constituição do crédito da Seguridade Social.....	395
26.1.1 Notificação de Lançamento – NL	401
26.1.2 Auto de Infração – AI.....	402
26.2 Tramitação e julgamento	404
26.3 Depósito recursal – Exigibilidade	406
Capítulo 27 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial	409
Capítulo 28 – Execução de contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho	427
28.1 Aplicação da norma em função do tempo.....	445
28.2 Conflitos de competência	445
28.3 Condição da União na lide trabalhista.....	446
28.4 Legislação aplicável	448
28.5 Créditos executáveis.....	449
28.6 As prerrogativas da União	453
28.7 Apuração do valor devido.....	455
28.8 O procedimento da execução.....	457
28.9 A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	464
Capítulo 29 – Dos crimes contra a Previdência Social	467
29.1 O regime da Lei n. 9.983/2000	467
29.2 Apropriação indébita previdenciária	468
29.2.1 Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/91	474
29.2.2 Constitucionalidade	475
29.2.3 Tipo objetivo.....	477
29.2.4 Tipo subjetivo.....	477
29.2.5 Consumação e tentativa	478
29.2.6 Sujeito ativo	479
29.2.7 Sujeito passivo	480
29.2.8 Crime continuado	481
29.2.9 Ação penal.....	481
29.2.10 Extinção da punibilidade	483
29.2.11 Perdão judicial	485
29.2.12 Dificuldades financeiras	487

29.2.13 Princípio da insignificância.....	488
29.2.14 Prisão por dívida.....	490
29.3 Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	491
29.4 Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	491
29.5 Sonegação de contribuição previdenciária	492
29.6 Divulgação de informações sigilosas ou reservadas	494
29.7 Falsidade documental.....	495
29.8 Falsificação de documento público	495
29.9 Violação de sigilo funcional	495
29.10 Equiparação a funcionário público.....	496

PARTE IV

PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 30 – Introdução	499
Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária.....	503
31.1 Suspensão do benefício.....	507
31.2 Cancelamento do benefício	509
31.3 Processo administrativo previdenciário.....	511
Capítulo 32 – Períodos de carência	519
Capítulo 33 – Cálculo do valor do benefício	531
33.1 Salário de benefício e período básico de cálculo	532
33.1.1 Atividades concomitantes	538
33.1.2 Majorações decorrentes de sentença trabalhista.....	543
33.1.3 Fórmula de cálculo do salário de benefício.....	544
33.2 Fator previdenciário.....	545
33.3 Regras de transição para aplicação do fator previdenciário	550
33.4 Afastamento da incidência do fator previdenciário na parcela referente ao tempo de serviço especial.....	551
33.5 Renda mensal inicial	552
33.6 Valor-limite dos benefícios	557
Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....	559
34.1 Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988.....	562

34.1.1	Impossibilidade de obtenção dos processos concessórios.....	562
34.1.2	Interrupção da prescrição em face da propositura de ação civil pública	563
34.2	Aplicação da Súmula n. 260 do ex-TFR na transformação de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez.....	564
34.3	Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994.....	566
34.4	Aplicação do novo teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003	567
34.5	Primeiro reajuste após a concessão do benefício.....	569
34.6	Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II da Lei n. 8.213/91	570
34.7	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso, ainda que anterior à DER.....	573
34.8	Inclusão do décimo terceiro como salário de contribuição para cálculo do salário de benefício	575
34.9	Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício	576
34.10	Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.....	578
34.11	Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade.....	580
34.12	Teses superadas.....	581
34.12.1	Reajustes pelo salário mínimo de referência	581
34.12.2	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988.....	582
34.12.3	Súmula n. 260 do extinto TFR para benefícios que não o auxílio-doença.....	582
34.12.4	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.88 e 5.4.91 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/91)	583
34.12.5	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	584
34.12.6	Manutenção do valor real dos benefícios/Equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos.....	586
34.12.7	Valor mínimo dos benefícios.....	586
34.12.8	Gratificação natalina de 1988/1989.....	587

34.12.9 URP de fevereiro de 1989.....	587
34.12.10 Salário mínimo de junho de 1989.....	587
34.12.11 Expurgos inflacionários.....	588
34.12.12 Reajuste de setembro de 1991 – Abono da Lei n. 8.178/91.....	588
34.12.13 Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis ns. 8.542/92 e 8.700/93.....	589
34.12.14 Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/94....	590
34.12.15 Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.....	590
34.12.16 Revisão da renda mensal da pensão por morte.....	591
34.12.17 Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/95.....	592
34.12.18 Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – Art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/91.....	593

Capítulo 35 – Pagamento dos benefícios..... 595

35.1 Pagamento feito a terceiros.....	600
35.2 Intangibilidade do valor do benefício.....	601
35.3 Acumulação de benefícios.....	604

Capítulo 36 – Acidente do trabalho e doenças ocupacionais..... 609

36.1 Evolução histórica da proteção acidentária.....	610
36.2 Conceito de acidente do trabalho.....	612
36.3 Doenças ocupacionais.....	617
36.4 Nexso causal e concausalidade.....	618
36.5 Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente.....	631
36.6 A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT.....	632
36.7 Responsabilização do tomador dos serviços.....	635
36.7.1 Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador.....	635
36.7.2 Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador.....	636
36.7.3 A teoria do risco social – Cobertura pela Previdência Social.....	636
36.7.4 Responsabilidade penal.....	636
36.7.5 Sanções administrativas.....	637

36.8	Direito à indenização civil.....	637
36.9	O direito de regresso da previdência em face do empregador.....	657
36.10	Estabilidade do empregado acidentado.....	660
Capítulo 37	– Benefícios em espécie.....	667
37.1	Aposentadoria no RGPS.....	667
37.1.1	Direito à desaposentação.....	669
37.1.2	Reaposentação com base em novo implemento de requisitos.....	677
37.1.3	Aposentadoria e vínculo de emprego.....	679
37.2	Aposentadoria por idade.....	685
37.2.1	Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	688
37.2.2	Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008.....	694
37.3	Aposentadoria por tempo de serviço.....	701
37.4	Aposentadoria por tempo de contribuição.....	702
37.4.1	Aposentadoria do professor.....	708
37.4.1.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	710
37.4.2	Aplicação dos novos critérios para aposentadoria.....	713
37.5	Aposentadoria especial.....	714
37.5.1	Conversão do tempo de serviço/contribuição.....	730
37.5.2	Conversão do tempo especial de professor em tempo comum.....	735
37.6	Aposentadoria por invalidez.....	738
37.6.1	Da possibilidade de transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade.....	750
37.7	Auxílio-doença.....	753
37.8	Auxílio-acidente.....	780
37.9	Pensão por morte.....	790
37.10	Auxílio-reclusão.....	806
37.11	Salário-maternidade.....	815
37.12	Salário-família.....	826
37.13	Abono anual.....	831
37.14	Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS.....	832

Capítulo 38 – Benefícios extintos	843
38.1 Renda mensal vitalícia	843
38.2 Auxílio-natalidade	844
38.3 Auxílio-funeral	845
38.4 Pecúlio	845
38.5 Abono de permanência em serviço	846
38.6 Aposentadorias diferenciadas.....	846
Capítulo 39 – Serviços.....	849
39.1 Serviço social.....	849
39.2 Habilitação e reabilitação profissional.....	849
Capítulo 40 – Tempo de contribuição para fins previdenciários.....	855
40.1 Prova do tempo de contribuição	860
40.2 Reconhecimento do tempo de filiação.....	864
40.3 Atividade rural e o regime de economia familiar	865
40.4 Aluno-aprendiz	872
40.5 Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....	873
40.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição	879
40.7 Justificação administrativa	884
40.8 Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição	886
Capítulo 41 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios ...	889
41.1 Prescrição do direito a prestações	889
41.2 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário	893
41.3 Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de serviço/contribuição	897
41.4 Aplicação do prazo de decadência nos pedidos de desaposentação.....	902
41.5 Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte	902
41.6 Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....	904
41.7 Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa	905
41.8 Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	906

41.9 Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência	909
Capítulo 42 – Ações previdenciárias	913
42.1 Competência para as ações previdenciárias.....	914
42.1.1 Prestações comuns previdenciárias.....	915
42.1.2 Competência Federal delegada	915
42.1.3 Prestações acidentárias.....	916
42.1.4 Causas referentes ao benefício assistencial.....	918
42.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar	920
42.2 Prévio ingresso na via administrativa.....	922
42.3 Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal.....	926
42.3.1 Competência dos JEFs.....	929
42.3.2 Valor da causa.....	930
42.3.3 Renúncia	931
42.3.4 Legitimidade	932
42.3.5 Sentença líquida.....	933
42.3.6 Recursos.....	934
42.3.6.1 Recurso de medida cautelar ou antecipação de tutela	935
42.3.6.2 Recurso da sentença (recurso nominado)	936
42.3.6.3 Incidente regional de uniformização de jurisprudência	938
42.3.6.4 Incidente nacional de uniformização de jurisprudência	940
42.3.6.5 Incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	944
42.3.7 Cumprimento da sentença	949
42.3.8 Aplicação da lei dos JEFs em caso de delegação de competência.....	950
42.3.9 Nulidades.....	952
42.3.10 Custas e honorários advocatícios	952
42.4 Pagamentos devidos pelo INSS.....	954
42.4.1 Evolução legislativa.....	954
42.4.2 Requisição de Pequeno Valor (RPV)	956
42.4.3 Pagamento por precatório.....	957
42.4.4 Complemento positivo	958
42.5 Idosos e portadores de doença grave	958

42.6 Coisa julgada previdenciária.....	959
42.7 Execução do julgado.....	962

PARTE V

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 43 – Introdução.....	967
Capítulo 44 – Histórico	975
Capítulo 45 – Aspectos gerais dos Regimes Próprios	979
Capítulo 46 – Principais pontos das Reformas Constitucionais	991
Capítulo 47 – Custeio dos Regimes Próprios.....	1001
Capítulo 48 – Regras de Aposentadoria dos Regimes Próprios	1007
48.1 Aposentadoria por invalidez permanente	1015
48.2 Aposentadoria compulsória por idade.....	1023
48.3 Aposentadoria voluntária.....	1025
48.3.1 Aposentadoria por idade.....	1032
48.3.2 Aposentadoria por tempo de contribuição.....	1032
48.3.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária.....	1035
48.4 Aposentadorias especiais	1043
48.5 Tempo de contribuição no serviço público	1049
48.5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição.....	1050
48.5.2 Contagens fictícias	1055
Capítulo 49 – Pensão por morte nos regimes próprios	1057
Capítulo 50 – Reajustamento do valor dos benefícios	1065
Capítulo 51 – Direito adquirido nos regimes próprios.....	1071
Capítulo 52 – Previdência complementar para servidores públicos....	1075

PARTE VI

TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 53 – A Globalização e o Estado contemporâneo.....	1085
Capítulo 54 – As mudanças no direito comparado.....	1097

Capítulo 55 – As razões da crise brasileira.....	1107
Capítulo 56 – Perspectivas da seguridade social brasileira – A experiência do Fórum Nacional da Previdência Social	1117
56.1 Aprimoramento do atendimento ao público	1139
56.2 Maior comunicação da previdência com os segurados do INSS, informando dados de interesse destes.....	1140
56.3 Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem	1141
56.4 Combate à informalidade e inclusão previdenciária.....	1141
56.5 Pleito aos Ministérios da Educação e da Cultura, de inclusão, no Ensino Fundamental/Médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a Seguridade Social.....	1142
56.6 Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à Seguridade Social	1142
56.7 Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a previdência social é um bem necessário	1143
56.8 Modernização da gestão da informação.....	1143
56.9 Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos.....	1143
56.10 Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita.....	1144
BIBLIOGRAFIA.....	1155

ANEXOS

1. Súmulas e Enunciados de interesse em matéria previdenciária	1167
Súmulas do Supremo Tribunal Federal	1171
Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal	1173
Súmulas do Tribunal Federal de Recursos (extinto pela Constituição Federal de 1988)	1174
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	1176
Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.....	1181
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 DO TST.....	1185
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-1 do TST (Transitórias)	1188
Orientações Jurisprudenciais da SBDI-2 do TST	1189

Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TST.....	1189
Precedentes Normativos do TST	1190
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 1. ^a Região.....	1190
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 2. ^a Região.....	1191
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 3. ^a Região.....	1193
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 4. ^a Região.....	1194
Súmulas do Tribunal Regional Federal da 5. ^a Região.....	1197
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 1 ^a Região.....	1197
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 3 ^a Região.....	1198
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 4. ^a Região.....	1199
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 5. ^a Região.....	1200
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 6. ^a Região.....	1200
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 8. ^a Região.....	1200
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 9. ^a Região.....	1201
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 11. ^a Região.....	1202
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 12. ^a Região.....	1202
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 13. ^a Região.....	1203
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 14. ^a Região.....	1203
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 15. ^a Região.....	1203
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 17. ^a Região.....	1204
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 18. ^a Região.....	1204
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 20. ^a Região.....	1205
Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 22. ^a Região.....	1205
Súmulas da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.....	1206
Questões de Ordem da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais.....	1210
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 2 ^a Região.....	1212
Súmulas da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais da 4. ^a Região.....	1213
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre – AC – 1. ^a TR.....	1213
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias dos Estados de Amazonas e Roraima – AM-RR – 1. ^a TR.....	1214

Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia	1214
Turma Recursal do Juizado Especial Federal de Campinas/SP	1215
Súmulas da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal	1215
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.....	1216
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.....	1219
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul.....	1220
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais – Enunciados Unificados.....	1221
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Piauí.....	1222
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.....	1223
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte	1228
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.....	1229
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.....	1230
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....	1231
Súmulas das Turmas Recursais Reunidas dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.....	1232
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo	1233
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe	1235
Súmulas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Tocantins	1236
Enunciados aprovados pelo Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF	1236
Enunciados da I Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho	1243
Enunciados da Advocacia-Geral da União	1245
Enunciados do Conselho de Recursos da Previdência Social	1247

2. Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários.....	1251
Códigos de interpretação dos benefícios concedidos pelo INSS.....	1253
Quadros-Resumo dos Benefícios do RGPS.....	1255
Quadros-Resumo dos Benefícios do RPPS.....	1279
A – Aposentadoria Voluntária.....	1279
B – Aposentadoria Compulsória.....	1285
C – Aposentadoria por Invalidez.....	1286
D – Pensão por Morte.....	1287
E – Previdência Complementar dos Servidores Públicos.....	1288
Tabelas de contribuições mensais.....	1289
Contribuições de segurados empregados, inclusive domésticos e trabalhadores avulsos.....	1289
Contribuições dos segurados contribuintes individuais e facultativos.....	1291
Tabela de Incidência.....	1293
Contribuição sobre a produção rural a partir de 1.º.11.1991.....	1300
Contribuições Devidas pela Agroindústria, Produtores Rurais (pessoa jurídica e física), Consórcio de Produtores, Garimpeiros, Empresas de Captura de Pescado.....	1302
Tabela de alíquotas por Códigos FPAS.....	1306
Benefícios.....	1308
Tabela de carência art. 142 da Lei n.º 8.213/1991.....	1310
Tabela de Conversão do Tempo Trabalhado em Atividade Especial.....	1311
Tabela de enquadramento do período trabalhado em atividade especial.....	1312
Tabela de reajustes de benefícios.....	1313
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 03 de dezembro de 2007 até 30 de novembro de 2008.....	1314
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2008 até 30 de novembro 2009.....	1314
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2009 até 30 de novembro de 2010.....	1315
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2010 até 30 de novembro de 2011.....	1315
Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2011 até 30 de novembro de 2012.....	1316

Tabela utilizada nos benefícios concedidos a partir de 1.º de dezembro de 2012.....	1316
Fator Previdenciário 2010 (Tabela IBGE 2008)	1317
Fator Previdenciário 2011 (Tabela IBGE 2009)	1318
Fator Previdenciário 2012 (Tabela IBGE 2010)	1319
Fator Previdenciário 2013 (Tabela IBGE 2011)	1320
Fator Previdenciário 2013 (Tabela IBGE 2011)	1321
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1323